STJ00112040

ARNALDO
RIZZARDO

DIREITO DO AGRONEGÓCIO

5ª edição revista, atualizada e reformulada

gen | Editora FORENSE

STJ00112040

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *28.01.2021*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- A obra *Direito Agrário* passou a ser publicada pela Editora Forense, como *Direito do Agronegócio*, a partir da 4ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

R533d

Rizzardo, Arnaldo, 1942-

Direito do Agronegócio / Arnaldo Rizzardo. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-9417-4

1. Direito agrário – Brasil. 2. Agroindústria – Brasil. I. Título.

20-68351 CDU: 349.42(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

abdr
Respeite o direito autoral

Sumário

CAPÍTULO I DIREITO AGRÁRIO 1

1. A Definição de Direito Agrário 1
2. Direito Agrário ou Direito Rural e Autonomia Legislativa 2
3. Objeto do Direito Agrário e Atividade Agrária 3
4. Caracterização e Natureza do Direito Agrário 4
5. Princípios e Fontes do Direito Agrário 5
6. Relação do Direito Agrário com outros Ramos do Direito 7
7. A Origem do Direito Agrário 8
8. Uma Visão do Direito de Propriedade através dos Tempos 9
9. O Sistema da Propriedade Rural desde os Primórdios do Direito Brasileiro 10
10. As Tentativas de Codificação e a Autonomia do Direito Agrário 12
11. A Política Agrícola 14

CAPÍTULO II - O IMÓVEL RURAL 21

1. A Função Social da Propriedade 21
2. A Função Social e a Utilização Racional e Adequada da Propriedade 23
3. Imóvel Rural 25
4. Tributo Incidente em Imóvel Localizado em Zona Urbana, mas com Destinação Rural 27
5. Latifúndio 32
6. Minifúndio 33
7. Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento 34
   - 7.1. Módulo rural - MR 34
   - 7.2. Módulo fiscal MF 36
   - 7.3. Fração Mínima de Parcelamento FMP 39
8. Zona Típica de Módulo - ZTM 41
9. Propriedade Familiar 42

STJ00112040

10. Tamanho da Propriedade Rural, ou Pequena, Média e Grande Propriedade Rural... 43
11. A Pequena e Média Propriedade e sua Proteção ... 46
12. A Pequena e Média Propriedade e a Reforma Agrária ... 48
13. Desmembramentos de Imóveis Rurais ... 50
14. O Georreferenciamento e o Sistema Geodésico Brasileiro ... 53
14.1. A ideia e a finalidade ... 53
14.2. A regulamentação ... 54
14.3. Prazo para o georreferenciamento ... 56
14.4. O Sistema Geodésico Brasileiro ... 60
15. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR ... 61
16. Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR ... 67
17. Retificação Administrativa de Área ... 68
17.1. Casos de retificação administrativa ... 68
17.2. Requisitos para o pedido ... 69
17.3. A tramitação cartorária ... 70
17.4. Remanescentes de áreas alienadas e retificação de divisas por confrontantes ... 71
17.5. Hipóteses de dispensa de retificação ... 72
17.6. Retificação para aumentar a extensão da área ... 73
18. Reforma Agrária ... 74
18.1. Conceituação na Constituição Federal e no Estatuto da Terra ... 74
18.2. Objeto e metas da reforma agrária ... 74
18.3. A política de socialização da terra ... 76
18.4. Rumos atuais na exploração da terra e o sistema da reforma agrária ... 76
18.5. A propriedade produtiva ... 77
18.6. Estimativa do Grau de Eficiência de Exploração – GEE ... 81
18.7. A metodologia para aferir a produtividade da terra ... 82
18.8. Graus de utilização e de eficiência para caracterizar a produtividade do imóvel ... 82
18.8.1. Quanto ao grau de utilização ... 83
18.8.2. Quanto ao grau de eficiência na exploração ... 86
19. Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária ... 91
19.1. O alcance do interesse social e da função social ... 91
19.2. Terras insuscetíveis de desapropriação ... 92
19.3. Imóveis destinados à reforma agrária e suscetíveis de desapropriação ... 93
19.4. Imóveis rurais e sua localização ... 96

STJ00112040

19.5. A justa indenização ... 98
19.6. Juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária ... 102
19.7. Condições para o assentamento ... 108
19.8. Pessoas excluídas em programa de reforma agrária de imóveis desapropriados ... 115
19.9. Imóvel remanescente à área desapropriada ... 116
19.10. Vistoria do imóvel para fins de reforma agrária ... 117
19.11. Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função social de preservação do meio ambiente ... 120
19.12. Desapropriação e invasões da área ... 123
19.13. Competência para a desapropriação para fins de reforma agrária ... 125
19.14. O procedimento da ação de desapropriação para fins de reforma agrária ... 126
19.15. A ação que discute o preenchimento dos requisitos para a desapropriação e suspensão da imissão de posse ... 131
20. Terras Devolutas como Bens Públicos ... 133
20.1. A origem do sentido de terras devolutas ... 133
20.2. Caracterização e alcance ... 133
20.3. Terras devolutas e terras sem dono ou sem matrícula imobiliária ... 135
20.4. Terras devolutas arrecadadas ... 137
20.5. Inclusão das terras devolutas como bens públicos ... 138
21. A Proteção Possessória e o Descumprimento da Função Social da Propriedade Rural ... 139
22. Direito de Superfície Agrária ... 143
23. Licenciamento Ambiental para a Atividade Agrária ... 146
24. Queimadas para Atividades Agrícolas ... 150
24.1. O alcance das queimadas ... 150
24.2. A legislação ... 151
24.3. Visão da jurisprudência do STJ sobre a matéria ... 156
24.4. Indeferimento do pedido de queima controlada por motivo de poluição ... 158
25. Áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito e de Destinações Especiais ... 159
25.1. Caracterização e especificação das Áreas de Preservação Permanente ... 159
25.2. Tratamento para situações especiais das Áreas de Preservação Permanente ... 164
25.3. Criação de Áreas de Preservação Permanente ... 166
25.4. Regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente ... 167
25.5. Atividades rurais em áreas consolidadas de preservação permanente e recomposição ... 169

STJ00112040

25.6. Recomposição de Áreas de Preservação Permanente de até quatro módulos fiscais e de áreas destinadas à reforma agrária 173
25.7. Áreas de uso restrito 174
25.8. Uso ecológico sustentável dos apicuns e salgados 175
25.9. Supressão de vegetação nativa para o uso alternativo do solo 176
26. Área de Reserva Legal ou Ambiental 178
26.1. Motivações que levaram à Reserva Legal ou ambiental 178
26.2. A compreensão da área de Reserva Legal ou ambiental 179
26.3. Fatores que influem na localização da área de Reserva Legal 180
26.4. As dimensões de áreas a serem preservadas na Reserva Legal ou ambiental 181
26.5. Condições relativas à constituição de áreas de Reserva Legal 182
26.6. A utilização da área de Reserva Legal 183
26.7. Redução da área de Reserva Legal 185
26.8. Áreas excluídas de constituição de Reserva Legal e inclusão de espécies frutíferas e exóticas para a composição da vegetação 185
26.9. Redução ou aumento da área de Reserva Legal dos Estados indicada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual 186
26.10. Casos do cômputo da Área de Preservação Permanente para a composição da área de Reserva Legal 186
26.11. A especialização e o registro da Reserva Legal ou ambiental 187
26.11.1. Regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR 192
26.12. Áreas consolidadas em áreas de Reserva Legal 198
26.13. Autorização para a exploração de florestas nativas ou sucessoras não integrantes de áreas de Reserva Legal 201
26.14. Penalidades para aqueles que se omitem em encaminhar o registro da área de Reserva Legal e dispensa de autuações 203
26.15. Regulamentação do programa de regularização de áreas rurais devastadas 204
27. Áreas Rurais de Preservação Permanente e de Reserva Legal com Isenção do Imposto Territorial Rural 208
28. Recomposição, Regeneração e Compensação de Áreas de Reserva Ambiental ou Legal 210
29. A Instituição de Servidão Ambiental ou de Cota de Reserva Ambiental em outro Imóvel para Fins de Reserva Legal 215
30. Transferência da Obrigação de Implantar a Reserva Legal ou Ambiental ao Adquirente do Imóvel 220
31. A Condição do Prévio Registro da Área de Reserva Legal ou Ambiental para Atos de Transmissão e Desmembramento do Imóvel 223

STJ00112040

32. Legitimidade do Adquirente do Imóvel para Responder na Ação de Reparação por Danos Ambientais 227
33. Colonização 229
33.1. Compreensão 229
33.2. Objetivos 231
33.3. Colonização de terras públicas e de terras particulares 231
33.4. O projeto de colonização 233
34. Transformação de Imóveis Rurais em Urbanos para Fins de Loteamento 235
35. Loteamento e Desmembramento de Imóveis Rurais 238
35.1. Conceito e regulamentação 238
35.2. Desmembramentos de imóveis rurais para utilização comercial, industrial e comunitária 239
36. A Discriminação das Terras Públicas 241
36.1. Propósito visado com a discriminação 241
36.2. Panorama da legislação 241
36.3. Terras objeto da discriminação 242
36.4. O procedimento administrativo 243
36.5. O procedimento judicial 246
37. Legitimação de Posse agrária 247
38. Regularização de Posse em Terras Rurais 252
39. Regularização de Posse na Amazônia Legal 254
40. Usucapião de Terras Rurais 259
40.1. Usucapião pró-labore do Estatuto da Terra 259
40.2. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes para o seu reconhecimento 261
40.3. Sistema legal aplicável para a usucapião de terras rurais 262
40.4. Requisitos para a usucapião de terras rurais 263
40.5. O procedimento judicial da usucapião especial rural 267
40.6. Usucapião cartorária extrajudicial 270
40.7. Usucapião especial rural como matéria de defesa e com reconhecimento de domínio 277
40.8. A isenção do Imposto Territorial Rural 278
41. Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros 278
42. Terrenos de Marinha 282
43. Terras Indígenas 287
43.1. As terras ocupadas pelos indígenas 287
43.2. As terras indígenas como direito constitucional 288

STJ00112040

43.3. O tratamento dado pela jurisprudência para a caracterização das terras indígenas 291
43.4. A regulamentação pelo Estatuto do Índio 294
43.5. A demarcação das terras e a usucapião indígena 295
44. Terras Situadas na Faixa de Fronteira 298
44.1. Elementos formativos e tratamento legal 298
44.2. Relação da faixa de fronteira com a segurança nacional 300
44.3. Providências registrárias 304
44.4. Alienação, pelos Estados, de terras devolutas localizadas na faixa de fronteira e impossibilidade da desapropriação 304
44.5. A declaração de nulidade da desapropriação de terras devolutas da União transferidas a particular por Estado não titular 305
45. A Impenhorabilidade do Imóvel Rural 308
45.1. Conceitos de institutos relativamente ao tamanho da propriedade rural 308
45.2. A impenhorabilidade da pequena propriedade 310
45.3. A impenhorabilidade da moradia em imóvel rural e da pequena propriedade rural 311
45.4. Invalidade da renúncia ao direito da impenhorabilidade 314
46. O Direito das Águas no Direito Agrário 315
46.1. A lei aplicável em matéria de águas 315
46.2. Águas públicas 316
46.2.1. A abrangência das águas públicas 316
46.2.2. A utilização particular da água para as necessidades comuns de pequenos núcleos populacionais e as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes 318
46.2.3. A utilização particular das águas para finalidades rurais 319
46.2.4. A outorga de água para a irrigação na agricultura 322
46.2.5. O pagamento pelo uso de água 324
46.2.6. O sentido do caráter de domínio público das águas 327
46.3. Águas particulares 328
46.4. Aqueduto ou canalização de águas 330
46.5. Águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes 334
46.6. Fluxo das águas pelo prédio inferior ou do escoamento natural das águas 338
46.7. Aproveitamento das águas pluviais 340
46.8. Tirada de águas 341
46.9. Tomada de água 342
46.10. Escoamento de águas estagnadas 343

STJ00112040

CAPÍTULO III - CONTRATOS AGRÁRIOS 345

1. Parceria e Arrendamento Rural 345
   1.1. Conceitos e caracterização 345
   1.2. Leis regulamentadoras 348
   1.3. Natureza dos contratos 349
   1.4. Forma dos contratos 350
   1.5. Prazos de duração 351
      1.5.1. Prazos mínimos para o arrendamento 351
         1.5.1.1. Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal 352
         1.5.1.2. Arrendamento para a exploração da pecuária 352
      1.5.2. Prazos mínimos para a parceria 352
      1.5.3. Contratos com prazo indeterminado 354
   1.6. Renovação ou prorrogação do contrato 354
   1.7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel 358
      1.7.1. O direito de preferência em favor do subarrendatário 361
      1.7.2. Concorrência de vários arrendatários 363
      1.7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência 363
      1.7.4. Depósito do preço da venda 363
      1.7.5. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos 365
      1.7.6. Extensão do direito de preferência à parceria 365
      1.7.7. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel 366
      1.7.8. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência 367
   1.8. Benfeitorias e direito de retenção 368
   1.9. Fixação do preço ou remuneração 368
      1.9.1. No arrendamento 368
         1.9.1.1. Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento 370
         1.9.1.2. Preço potencial da área não arrendada 371
         1.9.1.3. Arrendamento de imóvel com benfeitorias 372
         1.9.1.4. Reajuste do preço ou remuneração 372
      1.9.2. Na parceria 373
   1.10. Extinção do contrato 374
   1.11. Ação de despejo 376
   1.12. Ação de reintegração de posse 379

STJ00112040

1.13. Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria 379
1.14. Subarrendamento e subparceria 379
1.15. Parceria na exploração de madeiras 380
2. Locação de Imóvel Rural 380
3. Contrato de Integração nas Atividades Agrossilvipastoris 384
3.1. O sistema de integração entre empresas de beneficiamento ou de industrialização de produtos de origem agrossilvipastoril, e o produtor rural 384
3.2. A lei que regulamentou o sistema de integração 386
3.3. A abrangência de produtos e atividades no contrato de integração 386
3.4. Conceitos ou significados de termos e expressões que envolvem a integração 387
3.5. O fato socioeconômico que leva à formação de novas figuras jurídicas 390
3.6. Da gênese do contrato de integração no fenômeno social 391
3.7. A presença de elementos de outros contratos na formação de alguns contratos 392
3.8. O contrato de integração frente à parceria rural 393
3.9. O contrato de integração frente ao contrato de sociedade 396
3.10. A conjugação de elementos da parceria e da sociedade no contrato de integração 399
3.11. A relação de integração e conjugação de recursos e esforços 399
3.12. Elementos do contrato de integração 400
3.13. Requisitos do contrato de integração 402
3.14. O fórum nacional de integração (Foniagro) 406
3.15. Comissões para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração (Cadecs) 408
3.16. Normas ambientais e sanitárias 410
3.17. Relatório de informações da produção integrada (RIPI) 411
3.18. Documento de informação pré-contratual (DIPC) 412
3.19. Titularidade das máquinas, equipamentos, instalações e animais entregues pelo integrador ao integrado, e consumo de produtos 413
3.20. Direitos do integrado na recuperação judicial ou falência do integrador 414
3.21. O contrato de integração e a relação de emprego 416
3.22. O tratamento jurídico dado pelos tribunais ao contrato de integração 420
3.23. Não incidência de contribuições ou tributos nos contratos de integração 425
4. Seguro Agrícola ou Proagro 426
4.1. A caracterização do seguro 426
4.2. A regulamentação específica e a finalidade 427

STJ00112040

4.3. As causas de cobertura ... 428
4.4. Direitos que decorrem do seguro ... 429
4.5. Fontes de custeio, extensão da cobertura e administração do seguro ... 431
4.6. O Proagro mais ... 432
4.6.1. A comprovação das perdas ... 432
4.7. Órgão recursal interno ... 433
4.8. O prêmio ou adicional ... 433
4.9. A responsabilidade passiva ... 436
5. Compra e Venda de Safra Futura e Revisão Contratual ... 438
6. O Preço Mínimo dos Produtos Agrícolas ... 443
6.1. A previsão legal da garantia ... 443
6.2. Competência para estabelecer o preço mínimo ... 444
6.3. As formas de garantia do preço mínimo ... 446
6.4. A fixação do preço mínimo abaixo do custo do produto ... 448
6.5. A venda de produtos abaixo do preço mínimo ... 451
7. Contratos Atípicos ou Não Regulamentados Especificamente ... 452

CAPÍTULO IV - CRÉDITO RURAL ... 455
1. O Crédito Rural ... 455
1.1. Configuração e objetivos ... 455
1.2. Órgãos financeiros que concedem o crédito rural ... 457
1.3. Destinatários do crédito rural ... 457
1.4. Requisitos para a concessão do crédito rural ... 458
1.5. Condições impostas ao financiado ... 459
1.6. Tratamento privilegiado concedido pela legislação agrária ao crédito rural ... 460
1.7. Títulos de crédito rural ... 468
1.8. Modalidades de crédito rural ... 470
1.9. Cédulas de crédito rural ... 471
1.9.1. Características ... 472
1.9.2. Registro imobiliário das cédulas rurais e emissão pela forma escritural ... 472
1.9.3. Cobrança judicial das cédulas de crédito rural ... 473
1.9.4. A impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objeto da cédula de crédito rural ... 476

STJ00112040

1.9.5. Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos títulos de crédito rural ... 478
1.9.6. Vencimento antecipado da cédula rural ... 479
1.9.7. Cédula rural pignoratícia ... 479
1.9.7.1. Conceituação ... 479
1.9.7.2. Finalidade ... 480
1.9.7.3. Constituição ... 481
1.9.7.4. Prazo de duração e bens objeto da cédula ... 481
1.9.7.5. A posse dos bens ... 482
1.9.7.6. Alienação dos bens ... 484
1.9.8. Cédula rural hipotecária ... 485
1.9.8.1. Caracterização ... 485
1.9.8.2. Objeto da cédula rural hipotecária ... 485
1.9.8.3. Direitos resultantes da cédula rural hipotecária ... 486
1.9.8.4. Requisitos do contrato ... 487
1.9.8.5. Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem ... 488
1.9.9. Cédula rural pignoratícia e hipotecária ... 488
1.10. Nota promissória rural ... 489
1.11. Duplicata rural ... 492
1.12. Nota de crédito rural ... 495
1.13. Cédula de produto rural – CPR ... 496
1.13.1. Promessa de entrega de produtos e não de pagamento ... 496
1.13.2. Características, constituição e registro do título ... 498
1.13.3. O endosso e a liquidação ... 502
1.13.4. Caráter cambial ... 503
1.13.5. A qualificação como título de crédito ... 504
1.13.6. A possibilidade de garantias ... 505
1.13.7. A execução ... 506
1.14. Equalização dos preços dos produtos e dos encargos financeiros ... 506
1.15. Cédula imobiliária rural ... 511
1.15.1. Fundo garantidor solidário ... 512
1.15.2. A cédula imobiliária rural e patrimônio de afetação ... 513
1.15.3. Elementos e configuração da cédula imobiliária rural ... 516
2. Agronegócio e Títulos de Crédito ... 520
2.1. A formação do agronegócio ... 520
2.2. Títulos de crédito criados em função do agronegócio ... 521

STJ00112040

2.3. Regramento relativo ao Certificado de Depósito Agropecuário CDA e ao *Warrant* Agropecuário – WA 522

2.4. Regramentos relativos ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, à Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio CRA 526

2.4.1. Quanto ao CDCA 527

2.4.2. Quanto à LCA 530

2.4.3. Regras e princípios comuns aplicáveis ao CDCA e à LCA 532

2.4.4. Quanto ao CRA 533

3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf 536

3.1. Caracterização e criação do Programa 536

3.2. Regulamentação 538

3.3. Beneficiários do Pronaf 539

3.4. Condições para ter acesso ao financiamento 541

3.5. Objetivos do Pronaf 542

3.6. Tipos específicos de financiamento 543

3.7. Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) 544

4. O Reajuste dos Preços das Dívidas Agrárias de acordo com a Equivalência do Preço do Produto 545

CAPÍTULO V – EMPRESA AGRÁRIA 547

1. Empresa Agrária, Agroindústria e Agronegócio 547

2. Distinção entre a Empresa Agrária e a Empresa Rural definida no Estatuto da Terra 549

3. Empresário Agrário Individual 551

4. Estabelecimento Agrário 553

5. Cultivares 555

5.1. A formação de cultivares 555

5.2. Cultivares locais ou tradicionais ou crioulas, e cultivares convencionais, híbridas e transgênicas 557

5.3. A obtenção de licença para produzir cultivares 559

5.4. A proteção da cultivar 560

5.4.1. O prazo de proteção da cultivar 563

5.5. A utilização de cultivares que não constitui violação ao direito de propriedade 564

5.6. O preço pelo direito de uso 567

5.7. A revalidação no Brasil das cultivares autorizadas no exterior 569

STJ00112040

CAPÍTULO VI TRABALHADOR RURAL 573

1. Estatuto do Trabalhador Rural 573
   1.1. O trabalho rural e incidência do Estatuto 573
   1.2. Tratamento dado ao trabalhador rural 574
   1.3. Direitos reconhecidos ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural 574
   1.4. Direitos próprios do empregado rural 580
   1.5. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo 581
2. Regime Previdenciário aos que Desempenham Atividades Rurais 583
3. Aposentadoria por Idade 587
   3.1. O direito à aposentadoria 587
   3.2. Tipos de contribuintes 588
   3.3. A concessão da aposentadoria mediante a comprovação do exercício de atividade rural e dispensa de contribuição 591
   3.4. O prazo de carência para a aposentadoria 593
   3.5. Cálculo diferenciado para a apuração do período de contribuição a partir de 2010 594
4. Aposentadoria por Tempo de Contribuição 595
   4.1. Espécies e condições 595
   4.2. Prazos de carência e distinção do tempo de contribuição 600
   4.3. Cômputo do tempo de serviço rural exercido antes da Lei 8.213/1991, sem recolhimento das contribuições, para fins de concessão de aposentadoria ... 601
   4.4. Contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade rural, urbana e pública 603
   4.5. O valor do benefício 605
   4.6. Documentação para pedir a aposentadoria 605
5. Aposentadoria do Trabalhador Rural por Invalidez 607
   5.1. A condição da incapacidade total e definitiva para o trabalho 607
   5.2. Tipos de invalidez e prazos do início do benefício 608
   5.3. O valor da aposentadoria 609
   5.4. A carência 609
   5.5. Acréscimo do valor, se necessária a assistência, e cancelamento do benefício 611
6. Auxílio-Doença 611
7. Auxílio-Acidente 614
8. O Benefício da Pensão por Morte do Trabalhador Rural 615
   8.1. O direito ao benefício, o valor da pensão e a carência 615
   8.2. Classes de dependentes e beneficiários 616

STJ00112040

8.3. Cessação do benefício e redução do valor ... 617
8.4. Exigências para a concessão ... 619
8.5. Os beneficiários de segurado que tiver morte presumida ... 619
8.6. Inexistência de prazo de decadência para os incapazes ... 620
8.7. Cumulação da pensão com outros benefícios ... 620
9. Salário-Família ... 621
10. Salário-Maternidade ... 624
11. Auxílio-Reclusão ... 631
12. Abono Anual Acidentário e Abono Salarial Anual ... 635
13. Seguro-Desemprego ... 637
14. Habilitação e Reabilitação Profissional ... 642
15. Acidente do Trabalho ... 644
16. Contribuição Previdenciária de Pessoas Ligadas à Atividade Rural ... 649
16.1. Contribuição do empregador rural pessoa física ... 649
16.2. Contribuição devida pela pessoa jurídica que atua na área da agroindústria ... 651
16.3. Contribuição devida pelo segurado rural especial ... 653
16.4. Contribuição devida pelo segurado rural individual pessoa física ... 655
16.5. Contribuição de consórcio simplificado de produtores rurais ... 656
17. Funrural ... 657
17.1. A Contribuição Social Rural ... 657
17.2. O contribuinte ... 658
17.3. Empregador rural pessoa física e período anterior à Lei 10.256/2001 ... 658
17.4. Pedido de restituição relativamente a pagamentos feitos nos períodos em que não era devida a contribuição ... 662
18. Contribuição devida ao Incra ... 664

BIBLIOGRAFIA ... 667